DA ESCOLA PARA A CADEIA: RELATOS DE VIVÊNCIA DA PRÁTICA ACADÊMICA.

Carolina Machado Rocha Busch Pereira[1]
Míriam Aparecida de Bueno[2]

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivida durante um trabalho de campo oriundo de um projeto de pesquisa realizado na cidade de Goiânia, GO que possuía objetivos muito distintos do relato que apresentamos neste ensaio, mas por considerarmos a experiência incomum vivida durante a atividade de campo julgamos importante compartilhar o ocorrido para apresentar os caminhos e descaminhos da escola.

O projeto de pesquisa que propiciou a vivência 'Da Escola para a Cadeia' foi desenvolvido por pesquisadoras das Universidades Federais de Goiás e do Tocantins, e, possuía como principal ação conhecer a realidade das Escolas de Tempo Integral [ETIs] nas cidades de Goiânia e Palmas.

Com o intuito de conhecer as experiências de educação de tempo integral das escolas de Palmas e Goiânia estabelecemos um calendário de visitas nas escolas das duas cidades. A primeira parte do trabalho de campo foi realizada em Palmas e a segunda parte em Goiânia. Sem entrar no mérito do trabalho desenvolvido pelas escolas visitadas, e, sem aprofundar o debate sobre a educação de tempo integral, o que nos faz debruçar sobre o presente texto foi uma situação vivida durante o trabalho de campo e que em nada tem a ver com as experiências da educação de tempo integral. Trata-se de uma situação ocorrida durante o campo: um contratempo, sem sentido. Uma situação incomum que merece relato e registro.

[1] Professora Assistente do curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT) campus de Porto Nacional, TO. E-mail: carolinamachado@uft.edu.br
[2] Professora Adjunta do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: miriam.cerrado@gmail.com

Entendemos que o trabalho de campo oportuniza conhecer realidades que via de regra acrescenta novos olhares, novos saberes e elementos novos às pesquisas.

> Uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados. Nada de absolutamente original, portanto, mas um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade a partir de uma experiência e de uma apropriação do conhecimento que são, aí sim, bastante pessoais. (DUARTE, 2002, p. 140)

Por sermos professores da área de ensino e trabalharmos diretamente com as escolas em nossas atividades acadêmicas na universidade, o contato com a escola é algo recorrente e, de certa forma, rotineiro em nossas atuações profissionais. Somos professoras de estágio na licenciatura em Geografia e a escola está tão presente em nosso cotidiano como está a universidade. A escola constitui-se assim um espaço para o campo de observação e regência dos alunos de graduação que acompanhamos todos os semestres. Na escola pensamos projetos para os próximos anos a partir da experiência dos professores e dos alunos. Nossa prática de ensino está diretamente relacionada com a escola, que por vezes julgamos conhecer a realidade para além dela mesma.

Com as escolas parceiras de estágios desenvolvemos pesquisas, metodologias e didáticas para o ensino de Geografia. A escola é espaço, lugar, campo de atuação para a prática acadêmica. As regências de estágio supervisionado de todos os alunos da licenciatura são acompanhadas e assistidas, desta forma, permanecemos uma quantidade de horas relativamente grande todos os semestres dentro das escolas e conhecemos a rotina, a dificuldade, o cotidiano e os processos que fazem a escola atualmente. Mas a escola e as relações que se estabelecem neste espaço mudam o tempo todo. Para quem está na escola, é sempre tempo de aprender.

2 A ESCOLA: O CAMPO (DES)CONHECIDO.

Já havíamos visitado três escolas de educação de tempo integral em Palmas quando iniciamos os trabalhos de campo em Goiânia. Com agendamento prévio em duas escolas iniciamos as atividades de visita e entrevistas. A primeira ETI visitada foi uma escola elevada ao *status* de tempo integral sem que a mesma recebesse a estrutura necessária para apoio aos

alunos e professores. Uma escola localizada em bairro de classe média baixa que atende uma quantidade maior de alunos do que suporta a sua estrutura. Uma escola com pouco espaço, com equipe pouco motivada, salas de aula com capacidade máxima de alunos e sem ventilação, equipe de limpeza reduzida e mais uma dezenas de características que, infelizmente, são comuns em escolas públicas brasileira em geral.

No segundo dia de atividades a ETI escolhida foi uma escola localizada em Aparecida de Goiânia, município da grande Goiânia. Mas por recomendação de outros professores deveria ser incluída no projeto dada algumas características que elevam a média das ETIs. Mas por ser distante e de difícil acesso, agendamos com uma das coordenadoras da escola para que a mesma nos acompanhasse durante a visita e nos guiasse até a escola. A coordenadora M. que trabalha em duas escolas diferentes, gentilmente prontificou-se a nos acompanhar na visita do dia seguinte à ETI de Aparecida de Goiânia, mas para tanto precisaríamos passar para pegá-la na escola onde a mesma trabalha no período da manha, para que ela nos guiasse. E foi o que fizemos.

3 O ENCONTRO E A SURPRESA

No dia seguinte, na hora marcada, fomos ao encontro da coordenadora M.

Uma escola estadual como a grande maioria das escolas brasileiras. Tamanho médio, salas apertadas, espaço reduzido para lazer, nenhuma grama, banheiros ruins, poucos bancos, um lugar pouco agradável, e como a grande maioria das escolas públicas, seguia em ritmo normal para uma manhã de sexta-feira. A natureza colocada em vasos, estrategicamente, na entrada da escola ajuda a deixar o espaço um pouco mais alegre. O pátio forrado de cimento deixa tudo ainda mais quente. Mês de junho no centro oeste do Brasil.

Um guarda escolar nos recepciona e informa que em pouco tempo seremos atendidas pela coordenadora M. *"Aguarde no pátio que em breve ela virá"*.

O tempo de espera foi suficiente para que observássemos o ritmo e a estrutura. Perto das 9 horas na manha a escola apresentava um clima bastante calmo. Era possível sentir o aroma da merenda que estava sendo finalizada na cozinha. Uma escola muito bem cuidada, limpa, calma, até soar o sino de intervalo.

Muitas escolas optaram por incluir música no horário de intervalo dos alunos. E antes que você teça julgamento positivo sobre esta ação, é preciso um alerta: a música nos

intervalos que deveria traduzir-se como projeto assertivo do ponto de vista da educação acolhedora, da escola educativa, dos espaços mais alegres, vivos e produtores de convivências mais harmônicas, infelizmente não se materializou. A música que entrou e ficou nas escolas, não somente nos intervalos, foi a música eletrônica, do *batidão* alto, estridente e de melodia questionável. A música colocada no intervalo da escola, onde estávamos, apresentava volume muito alto e estridente. Mas ao consultar os alunos sobre a música, os mesmos dividem-se em entre os que gostam e os que adoram: segundo informações da direção da escola visitada. O fato é que o momento de lazer, restrito ao intervalo entre as aulas, tem sido compartilhado com merenda, música e muita algazarra. Não que defendamos uma escola silenciosa, não é isso, apenas acreditamos que a música deveria colaborar para termos a construção de espaços mais agradáveis e, por que não educativos. O *batidão* eletrônico poderia participar de um cardápio musical mais amplo e democrático onde, outros ritmos também pudessem comparecer. E poderíamos aproveitar a música para tranqüilizar os espaços de lazer e proporcionar aos alunos conversas em volumes aceitáveis, para que os mesmos não precisassem gritar para serem ouvidos uns pelos outros.

Passada a surpresa da música, notamos que entre os alunos deslocava-se no pátio, uma garota com saia muito curta, cabelos esvoaçantes descoloridos e que de maneira muito rápida criou um círculo de garotos em seu entorno, que certamente prezavam a sua companhia. Entre comentários de garotas e garotas, a tal menina trafegava sem aparentar nenhuma preocupação. Neste momento a coordenadora M. aproximou-se para pedir desculpa pela demora no atendimento, e informou que estava tendo problemas pedagógicos com algumas alunas e precisaria da nossa compreensão visto que a questão deveria ser encaminhada ainda pela manhã.

> Professoras estou com um caso de bullying hoje na escola e eu preciso encaminhar as alunas ainda pela manhã. Vocês poderiam me acompanhar ao DEPAI? É rápido, garanto. E de lá vamos direto à outra escola conhecer a experiência de tempo integra. Pode ser?

Sem que tivéssemos tempo para assimilar o que estava acontecendo, nos colocamos a disposição para ajudar no que fosse preciso "*Se podemos ajudar é só dizer. O que precisamos fazer?*". Ela prontamente orientou: "V*ocês podem me levar para o DEPAI com a*

encrenqueira, enquanto os policiais seguem com as duas alunas vítima na viatura. Depois de registrar o caso, seguimos para a escola de Aparecida."

> Como é que é?
> A polícia vai levar alunas da escola para a delegacia?
> Nós estamos indo para uma delegacia de polícia?
> O que é o DEPAI? Vítimas? Bullying? O que está acontecendo?!

Essas foram as primeiras perguntas que conseguimos verbalizar para a coordenadora na tentativa de compreender o cenário que estava formado.

> Meninas, o tempo é muito curto, precisamos agir rápido. Contarei os detalhes para vocês no caminho para não perderemos muito tempo aqui. Vamos?

Sem entender o que estava acontecendo entramos no carro e começamos a seguir a viatura de polícia. A aluna *encrenqueira* seguia no banco de traz com a mesma feição tranquila que apresentava minutos antes na escola, enquanto deslocava-se de um lado ao outro com sua saia muito curta e seus cabelos esvoaçantes. A encrenqueira era a mesma menina que chamou a nossa atenção no pátio da escola e que agora encontrava-se no banco de traz do carro.

Como você se chama? Foi a nossa primeira pergunta e ela calmamente respondeu. *E.*

O que você aprontou E.? O dialogo foi interrompido pela coordenadora M. que também apresentava uma calma, uma tranqüilidade e uma habilidade para lidar com a situação que nos deixou tão perplexa quanto o caso.

> Essa mocinha está dando muito trabalho para a escola e não é de hoje. E. (de 12 anos) e a irmã dela (de 15 anos) estão aprontando na escola há muito tempo. Na semana passada a irmã dela bateu em uma menina na porta da escola. A menina ficou tão machucada que precisou ser socorrida. Essa semana fizemos a transferência da menina para outra escola, pois os pais da vitima não querem nem ouvir falar da nossa escola. E hoje quando chegamos à escola duas meninas, M. e K. (que seguiam para o DEPAI na viatura da polícia a nossa frente) foram ameaçadas pela E.
> Está difícil lidar com eles. Eu vou ligar para os pais dela para informar que estamos indo para o DEPAI e que eles deverão encontrar com a gente lá.

Foi escutando o telefonema da coordenadora com o pai da E. que nos devemos conta da gravidade da situação *"Bom dia pai, a E. aprontou de novo e estamos levando-a para o DEPAI. A Delegacia de Polícia de Apuração de Atos Infracionais. Polícia civil. Acho melhor o senhor ir pra lá para conversarmos"*.

Ao desligar o telefone nossa reação imediata foi questionar: *"Delegacia? Nós estamos levando uma menina de 12 anos para a Delegacia? Nós tiramos três meninas da escola em horário de aula, e estamos levando para a delegacia? Porque uma ameaçou a outra? Como assim? E o que elas farão lá?"*. A coordenadora M. explicou:

> Vocês não conhecem o DEPAI, né?! Pois é, professoras, é triste, mas, hoje contamos com o apoio da polícia para os atos infracionais praticados na escola: como este caso de bullying que a E. cometeu. Felizmente não é toda semana que estamos no DEPAI. Outras escolas possuem frequências bem superior à nossa. Os problema que a escola não resolve o DEPAI resolve. Está muito difícil trabalhar em algumas escolas, se não fosse o apoio da Polícia, não sei como seria."

A coordenadora, com a calma de quem conhece o que está por vir, continuou *"as duas vítimas M. e K. prestarão depoimento no DEPAI contra a acusada E. que será detida."*

E mais uma vez a coordenadora M. recebeu uma enxurrada de novas perguntas: *"Detida? Presa? Como assim? Por quanto tempo? Detida como e onde?"*. A explicação da coordenadora M. apontou os meandros do processo:

> Existe hoje uma delegacia especializada para atendimento de atos infracionais que julga, dentro outros casos, os casos de bullying na escola. O caso da E. é caso típico de bullying que nós tentamos resolver na escola, mas chega uma hora que vira caso de polícia. Estamos indo para a delegacia, prestaremos depoimentos ao delegado e a E. ficará detida. Encarcerada. Presa. Como é a primeira vez que ela vai ao DEPAI, ficará lá incomunicável até as 15:00 em uma cela. Receberá as refeições do dia e após este horário os pais poderão solicitar a soltura. Para retirar a E. de lá os pais deverão assistir uma palestra dos policiais. Na próxima vez, o caso será mais complicado, pois a E. já será "fichada" pelo DEPAI.
> Isso é pra você aprender E., a nunca mais ameaçar ninguém, e nunca mais bater em ninguém. Ouviu-me?

Foi somente após essa explicação da coordenadora M. que a E. manifestou-se *"Professora M. eu não fiz nada. Eu não ameacei ninguém. Não fui eu quem bateu na menina a semana passada. A encrenqueira lá em casa é a minha irmã e não eu. Eu não fiz nada, professora"*.

Tarde demais. Encontrávamo-nos em domínio da polícia civil especializada. Uma delegacia. DEPAI.

Ao entrar no DEPAI nosso espanto aumentou ao constatar que estávamos de fato numa delegacia com estrutura carcerária, policiais, salas e tudo mais que uma delegacia possui. Felizmente não visitamos delegacias com freqüência, portanto aquilo tudo nos era muito estranho, bizarro e alheio.

Professores e alunos são para o âmbito acadêmico, escolar e universitário. Na delegacia as regras são outras, e professores e alunos são apenas sujeitos de um processo.

Em uma delegacia, e no DEPAI não é diferente, a violência está no ar, no silêncio, na decadência do lugar, em toda parte e em lugar nenhum. É frio, sem vida, e a única regra que todos pactuam veladamente é do medo. É opressor em todos os sentidos.

Imaginem que estávamos lá por uma questão escolar.

Retomando o caso: estamos falando de três meninas de 12 anos estudantes do 7º ano do ensino fundamental de uma escola pública de um bairro de classe média de Goiânia. Um caso de *bullying* diagnosticado pela escola. Um caso de suposta violência. Uma ameaça realizada por uma menina a outras duas meninas por conta de um menino. "*Não se aproxime mais do fulano, senão você vai se ver comigo. Ele é meu namorado*." Este diálogo das meninas envolvidas no caso, no raiar das 7 da manha quando chegaram à escola, somado ao histórico familiar da E. deflagrou o ocorrido no dia e nos levou ao DEPAI, 3 horas mais tarde.

Nós, professoras universitária que apesar de trabalharmos com a escola, com a educação básica, com o ensino, com o estágio, com alunos e com professores: nunca havíamos passado por esta situação e se não fosse o caso da E. talvez não soubéssemos das sinuosidades da lei para crianças e adolescente na sua forma mais real e contundente.

Ler sobre a Lei orgânica da Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 1993) e sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), não é a mesma coisa que presenciar um ato de *bullying* ser levado ao DEPAI às 10 horas da manha de uma linda sexta-feira de outono. Levar três meninas de 12 anos para a delegacia não é a mesma coisa que falar sobre a violência na escola. O caso da E. supurou a violência, permitiu presenciá-la, e vivê-la na forma mais dura, vil, baixa e cruel.

Permanecemos pouco mais de uma hora no DEPAI, mas foi tempo suficiente para assistir a E. ser levada para a cela por policiais, e observar três outros adolescentes (entre 12 e 15 anos) algemados e de pé no chão chegarem ao DEPAI após serem capturados pela polícia

por furto e porte de arma. O caso de *bullying* da E. e os casos de furtos por adolescentes entram e saem pela mesma porta no DEPAI e são tratados da mesma forma.

Delinqüentes é uma palavra fora de uso pela academia e por aqueles que trabalham com assistência social e medidas protetivas, mas aos olhos da polícia civil delinquentes são todos os adolescentes que chegam ao DEPAI e pouco importam se foram trazidos da escola ou da rua. O fato é que a E. passaria a ser, após a entrada no DEPAI, uma adolescente em conflito com a lei. Isso fará toda a diferença na vida dela e na vida da escola também.

4 LIÇÕES APREENDIDAS

Ninguém passa impunemente por essa experiência. Ninguém aproxima-se da violência e volta para casa do mesmo tamanho. Para uns a experiência pode ser mais dolorida do que para outros.

Não sabemos que fim levou a historia da E., só acompanhamos o caso até a sua entrada na cela.

Deixamos a E. no DEPAI encarcerada, e seguimos com o nosso trabalho de campo e nossas visitas às escolas de tempo integral. Mas já não era possível retomar com normalidade as atividades daquele dia. Não parávamos de pensar na E. e nos pais da E. e na confusão que seria retirá-la dos domínios do DEPAI.

A E. já não era mais problema da escola, a partir dali a E. ela era problema do Estado e seria tratada segundo as leis da polícia civil, órgão do sistema de segurança pública a quem compete, dentre outras funções, apurar as infrações penais, segundo os termos do artigo 144, § 4º, da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Foi um dia longo, tortuoso e cansativo. Mas também foi um dia de muito aprendizado. Vivenciamos uma relação escolar que até então desconhecíamos. Da escola para a cadeia, felizmente, não é um trajeto usual.

Este relato de vivência não foi escrito nem para defender e nem para julgar ninguém. Escrevemos o relato para compartilhar o ocorrido e o vivido. E relatos são sempre recheados de impressões, e, as impressões orientam o caminho da escrita. Escrevemos para registrar o colapso do sistema educacional. Para compartilhar o espanto, o sobressalto, a novidade e o despreparo. Afinal, entregar alunos para a polícia é no mínimo um alerta para a sociedade de que alguma coisa não vai bem. Algo deu errado. E a escola precisa de ajuda.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm Acesso em 24 de junho de 2011.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social.** Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Disponível em http://www.mds.gov.br/assistenciasocial Acesso em 24 de junho de 2011.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil.** Senado Federal. 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm Acesso em 24 de junho de 2011.

DUARTE, Rosália. *Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo*. **Cadernos de Pesquisa**. [online]. 2002, n.115, pp. 139-154. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf Acesso em 18 de junho de 2011.